

A expedição do corsário D. Gonçalo Camelo às costas de Huelva, em 1336

The Corsair D. Gonçalo Camelo's expedition to the shores of Huelva, in 1336

*Fernando Pessanha**

Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes/VRSA

Resumo

Realizada durante o conflito luso-castelhano de 1336-1339, a expedição comandada por D. Gonçalo Camelo contra as costas de Huelva, em 1336, é uma das campanhas militares menos consensuais entre os investigadores que se têm debruçado sobre a Guerra Naval durante a Idade Média. É nesse sentido que, de modo a clarificarmos as referências algo ambíguas que alguns autores contemporâneos têm vindo a consagrar a este episódio da nossa História Militar, preparamo-nos a analisar criticamente esta campanha naval. Para tal, seguiremos uma metodologia de trabalho baseada na análise e problematização das fontes narrativas, confrontando-as com as informações facultadas pela bibliografia especializada.

Palavras-chave

D. Gonçalo Camelo; Guerra Naval; Corso; Huelva; Andaluzia.

Abstract

The expedition commanded by D. Gonçalo Camelo to the shores of Huelva in 1336, which took place during the Portuguese-Castilian conflict of 1336-1339, is one of the least agreed upon military campaigns among researchers studying

* E-mail: in_tento_trio@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-3327-1275. Doutorando na Universidad de Huelva.

naval warfare during the Middle Ages. It is in this way that we intend to critically analyse this naval campaign, with the intention of clarifying the somewhat ambiguous references which some contemporary authors have attributed to this episode in our military history. To do this, we will follow a work methodology based upon the analysis and problematization of narrative sources, comparing them with the information from specialized bibliography.

Keywords

D. Gonçalo Camelo, naval warfare, piracy, Huelva, Andalusia

Introdução

Decorria o ano de 2019 quando, a convite da Academia de Marinha, redigimos a investigação “A pirataria no extremo sudeste algarvio nos alvares da Idade Moderna”, conferência ministrada em Junho do mesmo ano e publicada em *Academia de Marinha - Memórias 2019*¹. Foi exactamente durante a redacção desta investigação que, ao contextualizarmos o início da actividade corsária em Portugal, fizemos referência a uma expedição que teve lugar no séc. XIV, a apenas quatro léguas a leste do Guadiana, fronteira natural entre o Algarve e a Andaluzia desde o tratado de Badajoz de 1267. Considerando que seria pertinente aprofundarmos um pouco mais esta expedição naval, publicámos já em 2021 um brevíssimo artigo informativo intitulado “1336: o assalto dos corsários portugueses às costas de Huelva”² e que serviu de ponto de partida para o artigo mais extenso que agora apresentamos. É nesse sentido que, utilizando uma metodologia de trabalho baseada na análise e confronto entre a informação facultada pelas fontes narrativas e a bibliografia contemporânea, temos por objectivo abordar a expedição de D. Gonçalo Camelo às costas de Huelva, em 1336. Uma vez que a *Crónica Geral de Espanha de 1344*³ omite quase por completo as campanhas resultantes do confronto armado entre Portugal e Castela, entre 1336 e 1339, e que as crónicas de Afonso XI não fazem referência a esta expedição naval, con-

1 PESSANHA, “A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna”, pp.445-472.

2 PESSANHA, “1336: o assalto dos corsários portugueses às costas de Huelva”, p.11.

3 Sobre a *Crónica Geral de Espanha de 1344* vejam-se MOREIRA, “A primeira redacção da Crónica geral de Espanha de 1344, fonte da Crónica de 1419?”, pp.99-112; MOREIRA & ASKINS, “A «Crónica de 1344» para além de Pedro de Barcelos: perspectivas recentes e novidades”, pp.64-79; MOREIRA, “A Crónica Geral de Espanha de 1344 e a literatura historiográfica sobre Afonso XI”, pp.1-22.

centrámo-nos na *Crónica de Portugal de 1419*, obra fundamental para o conhecimento deste conflito militar⁴, para além de outras duas crónicas redigidas já no séc. XVI, nomeadamente, a *Chronica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina, e a *Chronica del-Rey D. Afonso o IV...*, de Duarte Nunes de Leão, ainda que já bastante tardia.

1. Contextualização

Com efeito, seria metodologicamente incoerente abordar esta expedição naval lançada contra as costas de Huelva circunscrevendo-a no tempo e no espaço. De facto, qualquer consideração sobre uma acção militar não pode ser compreendida sem a devida contextualização, atendendo aos factores de natureza histórica, política e geográfica que lhes são inerentes. É nesse sentido que se torna fundamental avaliar qual a conjuntura que então se vivia, situando este empreendimento nos reinados de D. Afonso IV e D. Alfonso XI e identificando as motivações que o desencadearam. Como é de conhecimento geral, com a conquista cristã do ocidente peninsular, a guerra entre portugueses e muçulmanos foi catapultada da terra para o mar⁵. Foi nesse contexto que em Portugal - reino que acabou de conquistar o Algarve logo em 1249 - o curso evidenciou uma expressão bastante precoce, uma vez que D. Dinis⁶, ao contratar o almirante genovês Manuel Pessanha⁷, criou as condições para que se produzisse o primeiro dispositivo oficial de guerra naval, composto por corsários protegidos pela Coroa. Foi, portanto, a actividade corsária protegida pelo Estado que, durante o longo reinado

4 Sobre a *Crónica de Portugal de 1419* veja-se MOREIRA, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Dissertação de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

5 Cf. OLIVEIRA, “Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares”, pp.275-296.

6 Sobre este monarca veja-se PIZARRO, *D. Dinis*, 2012.

7 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp.299-303; ROSSI VAIRO, “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”, (On line). Da mesma autora vejam-se também “A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo”, pp.441-454; “O rei D. Dinis, Manuel Pessanha e o Regimento do Almirante”, pp.53-63. Sobre Manuel Pessanha vejam-se também FERNANDES, “Los genoveses en la armada portuguesa: Los Pessanha”, pp.199-226; LUÍS, “A Marinha de Guerra e a consolidação da independência portuguesa: D. Dinis e a contratação de Manuel Pessanha”, pp.179-196; MAIA & SOARES, (coord.), *700 anos Almirante Pessanha*, 2017; MAIA (coord.), *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448.) A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, 2019; LAGE ESTRUGO, “Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y Egidio Bocanegra: una perspectiva comparada”, pp.537-552.

de D. Dinis, foi desenvolvendo experiência e competências no domínio da defesa das costas portuguesas ainda antes do almirantado de Manuel Pessanha, tal como podemos verificar por episódios como o ocorrido no cabo de Sines, em 1296, quando as galés portuguesas derrotaram e capturaram a frota castelhana que pouco antes tinha ousado entrar no Tejo para apresar embarcações portuguesas⁸.

À exceção da curta guerra que D. Dinis travou com o rei de Castela entre 1295 e 1297, e de que resultou a batalha naval atrás referida, pouco há a assinalar a nível de acções militares de vulto durante quase quarenta anos. Porém, o infeliz casamento de D. Maria, filha de D. Afonso IV, com D. Alfonso XI, rei de Castela, veio a representar o pretexto ideal para minar a paz entre os dois reinos ibéricos⁹. De facto, a humilhação a que o rei castelhano expôs D. Maria, maltratada abertamente em virtude da relação extraconjugal que este mantinha com Leonor de Guzman¹⁰, fez com que o rei português se indignasse com o seu genro, o que o levou a negociar o casamento do seu filho D. Pedro (inicialmente prometido a D. Branca de Castela) com Constança Manuel, filha do poderoso infante D. Juan Manuel, o principal opositor de Alfonso XI¹¹. O rei castelhano, compreendendo que a consumação deste matrimónio representava o apoio de D. Afonso IV à oposição interna castelhana encabeçada por D. Juan Manuel e por Juan Nunez de Lara, sequestrou a prometida do infante D. Pedro em Toro, o que acabou por conduzir à guerra entre Portugal e Castela, entre 1336 e 1339¹². Entretanto, uma frota portuguesa de oito galés comandada por Estêvão Vaz de Barbudo¹³, tendo entrado em Cádiz para alegadamente refugiar-se de um temporal, foi tratada como inimi-

8 *Crónica de Portugal de 1419*, p.171; PINA, *Chronica d'el-Rey D. Diniz*, Capítulo VI, p.49; LEÃO, “*Chronica del-Rey D. Diniz...*”, p.95.

9 Segundo José Mattoso, a interferência de D. Afonso IV no “*vespeiro castelhano*” não foi motivada por “*imperativos emocionais*”, ainda que seja este o motivo referido nas crónicas. Ver MATTOSO, *História de Portugal – A monarquia feudal*, Vol. II, p.486. Sobre este monarca veja-se SOUSA, *D. Afonso IV*, 2009.

10 Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, “*o valimento de uma nobre sevilhana, D. Leonor de Gusman, levou a pobre rainha (D. Maria) a uma situação de quase repúdio*”. Ver SER-RÃO, *História de Portugal (1080-1415)*, Vol. I, p.268.

11 Rival de Alfonso XI, D. Juan Manuel, *adelantado* de Múrcia, era um dos grandes senhores de Castela.

12 Sobre a política seguida por D. Afonso IV aquando das tensões que conduziram a este conflito armado veja-se GONÇALVES, “*A política externa de D. Afonso IV (1325-1357)*”, pp.132-133.

13 Estêvão Vaz de Barbudo descendia de uma linhagem associada à casa do prior do Hospital e à ordem de Avis. Ver OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, pp.142-144.

ga pelo governador da cidade. É Rui de Pina, na *Chronica de D. Afonso IV*, a descrever da seguinte forma o *casus belli* que abriu as hostilidades:

“tendo el Rey mandado a Eltevam Vas de Barbudo, seu Almirante do mar com tres galês, & sinquo navios armados, sobre certos cossayros que na costa de Portugal tinhaõ feytas muytas prezas, & roubos, o Almirante com força de tormenta que nelle deu, entrou no porto de Calis onde estava por Capitão hum D. Gonçalo Ponce de Mar chena, o qual com a Armada que tinha sem cauza veo sobre as galês, & navios de Portugal, & as tomou por crueza fes saltar, & perder toda gente dellas no mar”¹⁴.

Note-se que o cronista situou este caso antes da guerra entre Portugal e Castela, mais precisamente durante o cerco que Alfonso XI colocou a Juan Nunes de Lara, em Lerma, de modo a evitar que este unisse as suas forças às de D. Juan Manuel¹⁵. Foi, portanto, neste contexto de tensão política e ao qual não seria alheio o interesse de D. Afonso IV no enfraquecimento da monarquia castelhana¹⁶ e na dilatação das fronteiras portuguesas¹⁷ que o conde de Barcelos (meio irmão do monarca) atravessou o Minho e foi pôr cerco a Entienza, enquanto o rei português foi cercar Badajoz e ordenou entradas na actual província de Huelva, nomeadamente em Aroche, Cortegana e Aracena onde *“todos os arrabaldes destas vilas foram queimados e mortas asaz de gemtes e deles cativos, que eles trouxeram com gramde multidão de roubos”¹⁸*. Por outro lado, com o objectivo de devastar as costas da Andaluzia ocidental, D. Afonso IV entregou o comando de uma esquadra guarnecida com dois mil homens a D. Gonçalo Camelo.

14 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXIX, p.31. Veja-se também LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.128.

15 DIAZ MARTÍN, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano -portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, p.1245.

16 MARTINS, “A guerra esquiua. O conflito luso-castelhano de 1336-1338”, p.23.

17 Cf. MATTOSO, *História de Portugal – A monarquia feudal*, Vol. II, p.486.

18 *Crónica de Portugal de 1419*, p.250. Vejam-se também *Gran Cronica de Alfonso XI*, Vol. II, capítulos CXCI – CXIII, pp.152-157; PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXIV, p.38; MONTEIRO, “As campanhas que fizeram a História – A Guerra luso-castelhana de 1336-1339”, p.246; MARTINS, “A guerra esquiua...”, pp.42-43.

2. O assalto às costas de Huelva na bibliografia contemporânea

De modo geral, tanto as crônicas como a bibliografia contemporânea são unânimes ao afirmar que a esquadra portuguesa partiu de Lisboa em finais de Agosto de 1336 e, dirigindo-se às costas da Andaluzia, foi dar sobre Lepe, onde estava por capitão D. Nuno Portocarreiro. É a partir de aqui que as alusões dos autores contemporâneos a esta expedição naval começam a ser algo ambíguas e, nalguns casos, mesmo contraditórias, ou seja, por vezes esta campanha é apresentada como proveitosa e noutros casos como um desastre. Exemplo disso é o artigo “Historia Maritima”, segundo o qual “*uma esquadra de galés commandada por Gonçalo Camello effectuou desimbarques nas costas de Andalusia, talou os campos e bateu as tropas inimigas, recolhendo a Lisboa carregada de despojos*”¹⁹. Do mesmo modo, também António Borges Coelho faz uma brevíssima alusão a esta expedição referindo que “*a frota portuguesa pílhava Punta Umbria e subia até Lepe e Gibraleón da Região de Huelva*”²⁰. Saturnino Monteiro, pelo contrário, é lacónico ao referir que “*a expedição resultou num fiasco perante a intrépida resistência dos castelhanos*”²¹. É nesse sentido que, de modo a recapitularmos o que os autores contemporâneos têm vindo a escrever sobre esta expedição comandada por D. Gonçalo Camelo, passamos de seguida a identificar alguns dos testemunhos mais significativos.

De facto, desde o séc. XIX que este assalto às costas de Huelva tem vindo a ser referido por vários autores portugueses, nomeadamente, pelos que se têm dedicado à História Militar, como Ignácio da Costa Quintela que, em 1839, publicou o célebre *Annaes da Marinha Portuguesa*²². Ainda que se trate de uma obra escrita pelo punho de um militar e com a clara intenção de exaltar os feitos da Marinha de Guerra do seu país, não podemos deixar de notar que Ignácio da Costa Quintela, recorrendo à narrativa de Duarte Nunes de Leão e de outros autores tardios, resume o essencial da expedição em traços gerais omitindo, no entanto, elementos importantes para a compreensão da expedição. Se seguirmos o critério cronológico, voltamos a encontrar uma pequena referência a esta campanha naval em 1929, no volume II da célebre *História de Portugal*

19 “Historia Maritima”, p.31.

20 COELHO, *Portugal Medieval – História de Portugal II*, p.210.

21 MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. I, p.19.

22 QUINTELA, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo I, pp.22-23.

dirigida por Damião Peres²³, e que nada acrescenta aos escritos de Ignácio da Costa Quintela. Em 1931 é a vez de Carlos Selvagem, outro escritor militar, voltar a referir a expedição de D. Gonçalo Camelo em *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*²⁴. Grosso modo, e tal como acontece em *Annaes da Marinha Portuguesa*, a narrativa de Carlos Selvagem não só omite informações pertinentes, como ainda arrisca hipóteses sem base de sustentação, o que acaba por atirar as suas considerações para o campo da especulação.

As fragilidades denunciadas pelos autores dos séculos XIX e XX em relação à expedição naval às costas de Huelva são, porém, compensadas pela abordagem mais consistente dos autores do séc. XXI. Um bom exemplo reside no excerto que João Gouveia Monteiro dedicou a este episódio na *Nova História Militar de Portugal*²⁵, obra publicada em 2003 e onde Luís Miguel Duarte também fez alusão a esta expedição naval²⁶. Em 2005, Miguel Gomes Martins publicou “A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338”, no 3º Volume da *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*²⁷. De facto, este trabalho de Miguel Gomes Martins revela-se de grande interesse, na medida em que constitui o trabalho mais aprofundado sobre as operações militares que tiveram lugar durante a guerra de 1336-1338 e entre as quais se encontra a expedição de D. Gonçalo Camelo às costas de Huelva, episódio que volta a referir em *De Ourique a Aljubarota. A Guerra na Idade Média*, publicado em 2011²⁸. Por fim, também Gonçalo Couceiro Feio deixa uma referência a esta expedição naval em *Viagens e Operações Navais 1139-1499*, obra publicada pela Academia de Marinha já em 2020²⁹ e, já em 2021, publicámos um breve artigo intitulado *1336: o assalto dos corsários portugueses às costas de Huelva*³⁰.

23 RIBEIRO, *História de Portugal*, Volume II, p.308.

24 SELVAGEM, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal...*, p.120.

25 MONTEIRO, “As campanhas que fizeram a História...”, Vol. 1, p.246;

26 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, Vol.1, p.329.

27 MARTINS, “A guerra esquiva...”, pp.19-80.

28 MARTINS, *De Ourique a Aljubarota. A Guerra na Idade Média*, pp.225-226.

29 FEIO, “O Desenvolvimento da Actividade Naval (1280-1383)”, p.50.

30 PESSANHA, “1336: o assalto dos corsários portugueses...”, p.11.

3. O assalto às costas de Huelva

Como anteriormente vimos, a expedição comandada por D. Gonçalo Camelo às costas de Huelva tem vindo a ser pontualmente referida ao longo dos séculos por militares e académicos. Isto não quer dizer, porém, que este episódio da História Naval tenha vindo a ser sujeito a um gradual processo de apreciação crítica. Pelo contrário, e como adiante veremos, muitas das referências e afirmações de alguns autores contemporâneos, nomeadamente, dos séculos XIX e XX, apenas têm servido para lançar confusão sobre uma campanha que nunca foi realmente desenvolvida e alvo de cuidada reflexão. É nesse sentido que se torna pertinente abordar este objecto de estudo a partir de uma perspectiva crítica e baseada na análise e problematização da informação facultada pelas fontes narrativas e pela bibliografia especializada, nomeadamente, nos domínios da História, da Geografia e da Arqueologia.

3.1. D. Gonçalo Camelo

Tal como anteriormente referimos, foi com o objectivo de devastar as costas da Andaluzia ocidental que o monarca português, depois de ter ordenado cavalgadas na direcção de Aroche, Cortegana e Aracena, na actual província de Huelva, entregou o comando de uma esquadra guarnecida com dois mil homens a D. Gonçalo Camelo³¹. Antes de mais, convém esclarecermos a identidade deste indivíduo e por que motivo lhe foi entregue o comando da esquadra. Carlos Selvagem refere-o como cavaleiro da casa do monarca português³². Porém, as crónicas portuguesas não confirmam nem contrariam esta informação. É através de *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, que ficamos a saber que D. Gonçalo Camelo não era cavaleiro da casa de D. Afonso IV mas sim vassalo da casa do infante D. Pedro, segundo registo de 1355. Filho de Nuno Gonçalves Camelo, Gonçalo Camelo aparece referido pela primeira vez em 1333, a testemunhar um compromisso de dívida entre um escudeiro e o cavaleiro Martim Esteves de Sardoura, no mosteiro de Vila Boa do Bispo. Casou com Beatriz Fernandes de Cogominho e posteriormente com Aldonça Rodrigues Pereira, de quem teve descendência. Em 1339, com os seus filhos, era infância natural do

31 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253; PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, pp.37-38. Veja-se também LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.131.

32 SELVAGEM, *Portugal Militar*, p.120.

mosteiro de Mancelos. Em 1340, D. Afonso IV confirmou-lhe a jurisdição da quinta e honra de Paços, em Guimarães, a qual herdara de seu pai³³.

Note-se que o comando da esquadra destinada a atacar as costas de Huelva não foi entregue ao almirante Manuel Pessanha, que comandou a expedição naval contra a Galiza logo após o regresso de D. Gonçalo Camelo a Lisboa³⁴. José Augusto Sotto Mayor Pizarro associa a entrega do comando da esquadra que atacou a costa andaluza à presença de D. Gonçalo Camelo na corte, onde terá conseguido a confiança do monarca³⁵. Consideramos, porém, que a entrega do comando a D. Gonçalo Camelo prender-se-á antes com motivos relacionados com relações familiares e reconhecimento por apoios políticos, para além da eventual experiência de corso que D. Gonçalo Camelo pudesse ter, condição que o tornava subalterno do almirante Manuel Pessanha³⁶. Como anteriormente referimos, D. Gonçalo Camelo era casado com Beatriz Fernandes de Cogominho. O apelido desta sua primeira esposa despertou, desde logo, a nossa atenção. Foi nesse sentido que procurámos estabelecer o grau de parentesco entre a mulher de D. Gonçalo Camelo e Nuno Fernandes Cogominho, o almirante-mor do reino que antecedeu Manuel Pessanha³⁷. Foi, portanto, sem grande surpresa que identificámos nos estudos genealógicos Beatriz Fernandes de Cogominho como filha única de Fernão Nunes Cogominho, o único filho varão do almirante Nuno Fernandes Cogominho³⁸. De facto, foi em 1307 que D. Dinis nomeou Nuno Fernandes Cogominho para o cargo de almirante, tendo este falecido em 1316³⁹. No entanto, é provável que Nuno Fernandes Cogominho tenha sido destituído em 1315, dado o seu apoio ao príncipe D. Afonso durante

33 PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 2, p.987.

34 *Crónica de Portugal de 1419*, pp.254-255; PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXIX, p.38. Veja-se também LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.131.

35 PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. 2, p.987.

36 VIANA, “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”, pp.313-344.

37 BARBOSA, “Biografias”, pp.255-256; ROSSI VAIRO, “O genovês Micer Manuel Pessanha” (On line); GONÇALVES, “Ammiragliato - Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481)”, pp.102-103; DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, Vol.1, p.299.

38 MORAIS, *Pedatura Lusitana*, Tomo. IV, Vol. II, p.267. PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, pp.660-663.

39 PIZARRO, *D. Dinis*, p.223.

a guerra civil que o opôs a D. Dinis⁴⁰. Quer isto dizer que, caso se tivesse mantido a hereditariedade do posto (tal como sucedeu com a “dinastia Pessanha”), o almirantado teria recaído sobre D. Gonçalo Camelo, na qualidade de marido de Beatriz Fernandes de Cogominho, do mesmo modo como D. Pedro de Meneses, o primeiro capitão de Ceuta, herdou o almirantado ao casar com Genebra Pessanha, filha do almirante Carlos Pessanha⁴¹. Vemos, deste modo, que as ligações familiares de D. Gonçalo Camelo não deverão ser alheias ao facto de nele ter recaído o comando da expedição às costas de Huelva, tal como não deve ser alheio o facto de D. Gonçalo Camelo ter sido partidário do então infante D. Afonso durante a guerra civil que o opôs a D. Dinis⁴².

Por outro lado, esta nomeação implica a sua ligação, pelo menos em teoria, à marinha de guerra portuguesa. Assim sendo, e ainda que as crónicas não o refiram, é de supor que D. Gonçalo Camelo fosse detentor de alguma experiência de guerra de corso⁴³ e de algum posto de relevo no contexto da hierarquia militar naval. Foi, portanto, sem grande surpresa que encontrámos referências a D. Gonçalo Camelo enquanto capitão-mor da armada de alto bordo na correspondência do 2º visconde de Santarém. Este historiador, diplomata e estadista português, durante as suas investigações sobre a marinha portuguesa entre os séculos XII e XIV, procurou não só determinar quais as competências do alcaide do mar na cidade do Porto e do alcaide-mor do mar de Lisboa, no tempo de Afonso III, como também as competências do capitão-mor da armada de alto bordo, “*principalmente se deste cargo se passou carta a D. Gonçalo Camelo*”⁴⁴. Não obstante esta carta de mercê de capitão-mor da armada de alto bordo não ter sido identificada na Chancelaria de D. Afonso IV⁴⁵,

40 Sabemos que devido à sua falta de imparcialidade durante a guerra civil, Nuno Fernandes Cogominho foi obrigado a exilar-se Castela, onde terá falecido. Ver ROSSI VALRO, “O genovês Micer Manuel Pessanha” (On line) Ver também BARATA, “Manuel Pessanha e um outro olhar sobre o mar. A construção de novas linhas da política externa de Portugal”, pp.19-28.

41 GONÇALVES, “Ammiragliato...”, p.116.

42 D. Dinis, em 1319, apresentou um rol de queixas contra o filho de Nuno Gonçalves Camelo, que era apontado como um dos partidários do infante D. Afonso. Ver PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. 2, p.986.

43 Afirmámos, em anterior publicação, que D. Gonçalo Camelo é “*um corsário praticamente desconhecido da historiografia nacional*”. Ver PESSANHA, “1336: o assalto dos corsários portugueses ...”, p.11.

44 MARTINS, *Correspondencia do 2º Visconde de Santarem*, VI Volume 1824-1845, pp.554 e 555.

45 MARTINS, *Correspondencia...*, VII Volume 1846-1853, p.8.

procurámos determinar as responsabilidades e poderes inerentes a este posto por alturas do almirantado de Manuel Pessanha. Porém, a nossa pesquisa revelou-se improdutiva, já que esta designação aparece na documentação já durante a Idade Moderna⁴⁶. Refira-se, no entanto, que o próprio visconde de Santarém, tal como António Caetano de Sousa, procurou compreender “*a diferença que havia entre o Almirante das Galés, e o Capitão Mór da Armada de Alto Bordo, e de Capitão Mór do Mar*”⁴⁷, sem aparentemente ser bem sucedido⁴⁸. Somos, portanto, impelidos a concluir que D. Gonçalo Camelo seria detentor de um posto de relevo no contexto da hierarquia militar naval, ainda que subalterno do almirante Manuel Pessanha⁴⁹. De resto, são estes os únicos oficiais a que autores como Almeida d’Eça se referem ao abordar a marinha de guerra portuguesa no reinado de D. Afonso IV⁵⁰.

3.2. Recursos materiais e humanos

Apresentados os motivos que terão estado na nomeação do comandante, concentremo-nos agora nos recursos materiais e humanos disponibilizados para esta expedição naval, ou seja, os “*dous mil homens de peleja*” distribuídos pelas vinte “*galès, & navios*”⁵¹ que compunham a esquadra portuguesa. Segundo a *Crónica de Portugal de 1419*, o monarca, após reunir com o seu conselho e dele receber parecer favorável à abertura de um conflito armado com Castela, não tardou em tomar providências, enviando cartas aos seus vassallos e a alguns concelhos⁵². O soberano não só ordenou que fossem reunidos contingentes de modo a integrarem a hoste régia, como incumbiu os alcaides das regiões de

46 Veja-se, a título de exemplo, BOCARRO, “Década XIII da História da Índia”, p.446.

47 MARTINS, *Correspondência...*, VII Volume 1846-1853, p.7.

48 De acordo com Isabel Vaz de Freitas Botelho Cardoso, as referências ao cargo de capitão-mor só começam a surgir já no reinado de D. Fernando. Ver CARDOSO, “Organização”, p.179; DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp.304 e 311.

49 A carta régia relativa à nomeação de Manuel Pessanha para o almirantado foi dirigida “*a todolos meus vassallos cossayros e alcaides de Galees e arrayzes e officiaes, que a este officio pertencem e a todolos outros homens de mar que com eles forem em ffrota ou em Armada ou em outra cossaria de mar*”. São, portanto, estes os homens que devem obediência ao almirante. Ver DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp.301 e 312.

50 ALMEIDA D’ EÇA, *Lições de História Marítima Geral*, p.67.

51 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXIX, p.38. Veja-se também LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.131.

52 *Crónica de Portugal de 1419*, p.250. Veja-se também MARTINS, “A guerra esquiva...”, p.28.

fronteira da reparação das fortificações e da recolha de víveres, de modo a resistirem a eventuais cercos colocados pelos castelhanos⁵³. Por outro lado, o rei incitava-os igualmente à realização de incursões em território inimigo com vista ao roubo de gado, à destruição de colheitas e sistemas defensivos, de modo a desmoralizar o adversário e a privá-lo dos recursos indispensáveis à realização de qualquer acção ofensiva contra território português. Outra das providências recaiu sobre a preparação de recursos materiais e humanos com vista à realização de uma expedição naval, nomeadamente, preparação de naus e galés nas tercenas de Lisboa⁵⁴ e o recrutamento das respectivas tripulações e guarnições para levar a guerra às costas castelhanas.

3.2.1. Recursos materiais

No que se refere à preparação de recursos materiais, as medidas terão passado não só pela construção de novas embarcações, como também pela adaptação de algumas naus e galés em navios de guerra, já que a distinção entre estes e os navios de comércio dependiam mais da sua função ocasional do que da própria estrutura da embarcação⁵⁵. De facto, as galés apresentavam-se como os navios de guerra por excelência na época – pelo menos, até ao desenvolvimento da artilharia de bordo. Entre os séculos XII e XV, as galés assumiram características muito diversas, havendo pouca informação sobre as suas dimensões. Podemos assumir, porém, que uma galé do século XIII ou XIV teria cerca de 25 metros de comprimento, sendo a sua guarnição composta por cinco oficiais, dez marinheiros, quarenta soldados e cento e cinquenta remadores⁵⁶. Eram movidas a remos e à vela, geralmente com um mastro de

53 Sobre os cercos durante a Idade Média vejam-se MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, pp.337-373; COSTA, *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)*, Dissertação de Mestrado em Estudos em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.

54 Sobre a importância das tercenas na preparação das armadas vejam-se CARDOSO, “Organização”, pp.189-196; DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, Vol.1, pp.318-321; BARROS, “A preparação das armadas no Portugal de finais da Idade Média”, pp.101-132; SILVA & FONSECA, “As Terceiras Régias de Lisboa: D. Dinis a D. Fernando”, pp.257-274.

55 Ver SILVA, “Marinha de Guerra”, p.190.

56 MONTEIRO, *Batalhas e Combates...*, Vol. I, p.17; Luís Miguel Duarte, ao referir-se às galés entre o séc. XII e o séc. XVIII, estima que teriam em média entre quarenta e quarenta e cinco metros e que poderiam ter entre noventa e duzentos e quarenta remadores. Ver DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, p.305.

vela latina triangular, o que lhes atribuía uma velocidade e manobrabilidade bem superior aos navios de vela, independentemente da direcção ou força do vento⁵⁷. O facto de serem navios longos, com baixo bordo e que transportavam grandes guarnições, provocava-lhes limitações operacionais, já que a falta de espaço nas galés inviabilizava o transporte de mantimentos. É por esse motivo que, em expedições de maior duração, como a realizada em 1336, as galés eram acompanhadas por naus (ainda que menos robustas e volumosas do que as que surgiram no século seguinte) que lhes transportavam os abastecimentos⁵⁸. Dadas as circunstâncias não será de estranhar, portanto, que uma expedição às costas castelhanas implicasse não só a construção de novas naus e galés, como também a adaptação de algumas embarcações mercantes em navios de guerra. É nesse sentido que não será de desconsiderar, por exemplo, que os navios fossem equipados com protecções que salvaguardassem os tripulantes dos disparos das bestas inimigas, entre outras soluções de natureza defensiva⁵⁹.

Note-se que quase todos os autores contemporâneos que escreveram sobre a expedição de D. Gonçalo Camelo às costas de Huelva referem que a frota portuguesa era constituída por vinte galés e navios. Se Ignácio da Costa Quintela e Carlos Selvagem são lacónicos ao registar uma esquadra de vinte galés⁶⁰, João Gouveia Monteiro e Gonçalo Couceiro Feio, seguramente conscientes das implicações logísticas inerentes à realização de uma campanha demorada, já fazem referência a vinte galés acompanhadas de algumas naus⁶¹. Os quantitativos avançados pelos autores contemporâneos devem-se, desde logo, à *Chronica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina, que não discrimina a composição da frota portuguesa⁶². Essa informação é, no entanto, avançada pela *Crónica de Portugal*

57 Incapaz de bolinar por não ter calado fundo, a vela ajudava à propulsão que, no entanto, resultava principalmente pela acção dos remos. Por este motivo, as velas apenas eram utilizadas com ventos favoráveis, o que permitia o descanso dos remadores. Durante as manobras de entrada e saída dos portos e em combate, as galés arreavam as velas e faziam uso dos remos para sua propulsão. Ver PEREIRA, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, p.50.

58 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp.309-310.

59 MARTINS, “A guerra esquiva...”, p.29.

60 QUINTELA, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo I, pp.22; SELVAGEM, *Portugal Militar...*, p.120.

61 MONTEIRO, “As campanhas que fizeram a História”, p.246; FEIO, “O Desenvolvimento...”, p.50.

62 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, p.38. Veja-se também LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.131.

de 1419, obra redigida antes da crónica de Rui de Pina e que regista uma frota composta por “cinco gales e sete naoos e outras fustas pequenas, ata vimte por todas”⁶³. A discriminação da frota portuguesa presente na *Crónica de Portugal de 1419* permite-nos, portanto, perceber que a expedição comandada por D. Gonçalo Camelo teria menos poder ofensivo do que nos é dado a entender por Rui de Pina, já que o número de pequenas fustas excedia o das galés, os efectivos barcos de guerra da época. Se tivermos em consideração que cada galé era composta por uma tripulação de aproximadamente duzentos homens⁶⁴, rapidamente chegamos à conclusão de que as galés transportavam metade dos recursos humanos disponibilizados para esta campanha, já que a outra metade se encontrava dispersa pelas sete naus e oito fustas. Face ao apresentado não será de desconsiderar que Rui de Pina, ao omitir a composição da frota portuguesa, terá procurado dignificar a expedição enviada contra as costas de Huelva.

3.2.2. Recursos humanos

Como anteriormente vimos, as galés dos séculos XIII e XIV eram barcos movidos essencialmente a remos, o que exigia uma considerável tripulação, geralmente composta por cento e cinquenta remadores, para além de quarenta soldados, dez marinheiros e cinco oficiais. Vemos, deste modo, que estas tripulações eram basicamente constituídas por três tipos de pessoal: os remadores, que operavam os remos e que normalmente eram homens com experiência de navegação, nomeadamente, pescadores da vintena do conto seleccionados pelos vintaneiros de cada povoação⁶⁵. Pela dureza do trabalho, foram mais tarde substituídos por condenados, cativos ou escravos. Para além dos remadores, as tripulações eram constituídas pelos marinheiros, que se encarregavam da manobra dos navios e das velas, e os homens de armas destinados a combater o inimigo, primeiro com as suas bestas⁶⁶ e depois da abordagem com armas de estoque⁶⁷. O recrutamento destes homens para as guarnições dos navios não era fácil nem pacífica, já que normalmente

63 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

64 Cf. MONTEIRO, *Batalhas e Combates...*, Vol. I, p.17.

65 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp.316-318.

66 Segundo Miguel Gomes Martins, um dos deveres dos besteiros do conto de Lisboa era servir como guarnição nas galés. Ver MARTINS, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, p.46.

67 PEREIRA, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, p.50.

levantavam vários problemas, principalmente relacionados com o não cumprimento das isenções⁶⁸. Foi, aliás, o que aconteceu aquando do processo de recrutamento com vista à expedição contra a Galiza que teve lugar depois do regresso da expedição de D. Gonçalo Camelo às costas de Huelva⁶⁹. Se tivermos em consideração que a *Chancelaria de D. Afonso IV* regista queixas contra Manuel Pessanha resultantes do recrutamento para esta expedição à Galiza⁷⁰, é de supor que o mesmo terá acontecido com a frota lançada contra as costas da Andaluzia ocidental. Dadas as circunstâncias não será de estranhar que muitos tivessem integrado a frota de D. Gonçalo Camelo altamente contrariados e que outros tivessem mesmo resistido a embarcar.

Finalmente, a esquadra partiu de Lisboa em finais de Agosto de 1336, sendo que ao longo do percurso foi reforçada com mais homens e embarcações provenientes de algumas povoações algarvias, como Tavira⁷¹, que desta forma deu o seu contributo para a campanha⁷². Note-se, ainda no que se refere ao reforço da esquadra portuguesa com recursos humanos e materiais oriundos das povoações algarvias, que a sede da Ordem de Cristo estava por então instalada no castelo de Castro Marim. Se tivermos em consideração que há referências à luta destes freires contra os muçulmanos de África e de Granada a partir de Castro Marim⁷³ - pelo menos até meados do século XIV - seria de considerar que a Ordem também tivesse participado com recursos humanos e materiais na expedição às costas de Huelva de 1336. Refira-se, aliás, que Castro Marim e Tavira foram duas das localidades atacadas pelas tropas de Afonso XI na campanha que este lançou contra o Algarve em 1337⁷⁴, o que poderá, eventualmente, traduzir uma acção de retaliação por parte do rei castelhano.

68 CARDOSO, “Organização”, pp.188-183.

69 *Crónica de Portugal de 1419*, pp.254-255; PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXIX, p.38. LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.131.

70 FERNANDES, “Los genoveses en la armada portuguesa: Los Pessanha”, pp.220-223.

71 MARTINS, “A guerra esquiva...”, p.48; OLIVEIRA, “Do sítio e do mar: um olhar sobre Tavira da Idade Média”, p.20.

72 IRIA, “O Algarve e os Descobrimentos”, p.159.

73 OLIVEIRA, “Duas Memórias em confronto: A Ordem de Cristo e o concelho de Tomar”, pp.254-255, 260 -261 e doc. em apêndice, pp.262 -270; “As Ordens Militares e o mar: problemas e perspectivas”, p.145.

74 *Crónica de Portugal de 1419*, pp.256-258; PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXI, pp.39-40; LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.131; BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, pp.327-328.

3.3. O assalto a Lepe

Se seguirmos a *Gran Cronica de Alfonso XI* apercebemo-nos de que Fernán Sanchez de Valladolid omite, entre muitas coisas, todos os acontecimentos compreendidos entre finais de Junho e meados de Setembro de 1336⁷⁵, tal como o faz a *Cronica de D. Alfonso el Onceno*⁷⁶. Ora, é precisamente durante este período omissivo que, como anteriormente vimos, a frota portuguesa parte de Lisboa, em finais de Agosto de 1336, e ruma em direcção à Andaluzia ocidental. Segundo a *Crónica de Portugal de 1419* os corsários portugueses, depois de cruzarem a foz do Guadiana, “chegarom ao primeiro lugar de Castela, a que chamom Lepe”⁷⁷. Na realidade, Lepe não era a primeira localidade andaluza mas sim Ayamonte, que tinha sido conquistada por D. Sancho II aos muçulmanos, numa acção militar onde foram usadas forças terrestres e marítimas⁷⁸. Entregue a Castela aquando do tratado de Badajoz de 1267 que instituiu o Guadiana enquanto fronteira natural entre o Algarve e a Andaluzia, seria de esperar que a praça de Ayamonte se apresentasse como um potencial alvo, já que a foz do Guadiana oferecia privilegiadas condições de navegabilidade e que D. Juan Alonso de Guzman, o então senhor de Lepe e de Ayamonte⁷⁹, tinha pouco antes ocorrido ao cerco que D. Afonso IV tinha colocado a Badajoz, obtendo uma vitória contra os portugueses em Villanueva de Barcarrota⁸⁰. Não será, portanto, de estranhar que D. Juan Alonso de Guzman tenha então colocado “*guarnicion en la villa de Ayamonte*”⁸¹, temendo algum acto de retaliação por parte dos portugueses.

Porém, D. Gonçalo Camelo não se interessou por Ayamonte, já que não só era expectável um assalto pelo rio, como a praça se encontra-

75 *Gran Cronica de Alfonso XI*, Vol. II, Capítulos CCVI - CCVII, pp.183-184.

76 *Cronica de D. Alfonso el Onceno*, Capítulos CLXXXI - CLXXXIV, pp.341-342.

77 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

78 *Monarchia Lvsitana*, Tomo 4, Livro 13, Cap. XIX, p.144.

79 Filho de D. Alonso Pérez de Guzmán “el Bueno” e de María Alonso Coronel, D. Juan Alonso de Guzman, transformou-se no principal herdeiro do seu pai em 1294, depois do seu irmão Pedro Alfonso ter sido degolado durante o cerco a Tarifa em que se deu o célebre episódio que originou o epíteto de “el Bueno” atribuído a Alfonso Pérez de Guzmán, alcaide daquela praça. Com a morte do seu pai, em 1309, herdou todos senhores, entre os quais o de Ayamonte e o de Lepe, na actual provincia de Huelva. Ver LADERO QUESADA, “Los Guzmán, señores de Sanlucar, en el siglo XIV”, pp.229-230; BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, pp.247-400.

80 *Gran Cronica de Alfonso XI*, Vol. II, Capítulos CXCI - CXCIII, pp.152-156; *Cronica de D. Alfonso el Onceno*, Capítulos CLXIX - CLXXI, pp.315-320. Veja-se também RODRÍGUEZ HERMOSELL, “Noticias bajomedievales de Villanueva de Barcarrota”, pp.1497-1524.

81 BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, p.324.

va protegida. Por outro lado, a densidade populacional de Ayamonte durante o séc. XIV resumia-se ao castelo e às suas imediações⁸². Com efeito, o historiador Pedro Barrantes Maldonado, em 1541, referiu-se à compra de Ayamonte e Puerto de Santa Maria por D. María Alonso Coronel, esposa de Guzmán el Bueno, em finais do séc. XIII. É em *Ilustraciones de la Casa de Niebla* que o historiador refere que estas vilas: “*Eran poca cosa, porque no tenían más de los castillos con poca vezindad, como pueblos que estaban en la frontera de los moros y en la continua guerra dellos*”⁸³. Dado o pouco interesse de que Ayamonte se revestia, D. Gonçalo Camelo optou por não assaltar esta praça, preferindo atacar os domínios do fidalgo castelhano pela retaguarda, onde não era esperado. Deste modo, a frota portuguesa navegou para leste, ao largo das actuais Isla Canela, Isla Cristina e Isla Antilha até chegar à foz do rio Piedras.

Ao lermos as páginas que Miguel Gomes Martins dedicou a esta expedição, ficamos com a impressão de que os navios portugueses, poucas milhas após cruzarem a foz do Guadiana, “*lançam as âncoras em frente a Lepe*”⁸⁴. Esta expressão metafórica não deve, no entanto, ser levada à letra. Quem conhece o Piedras sabe perfeitamente que os navios de grande calado não podem navegar nas suas águas, pelo que se vêm obrigados a fundear nas proximidades da foz. Como é sabido, os areais são móveis, pelo que não seria prudente afirmar que a localidade de *El Portil*, onde actualmente desagua o Rio Piedras, corresponde efectivamente à barra de 1336. Seja como for, a referência que a *Crónica de Portugal de 1419* faz às fustas que subiram o rio revela que os portugueses concentraram as galés e as naus nas proximidades da barra, optando estrategicamente por subir o Piedras em embarcações de menor calado⁸⁵. É, portanto, pertinente a alusão de Ignácio da Costa Quintela ao referir que D. Gonçalo Camelo, ao chegar à foz “*passou aos*

82 Segundo Antonio Manuel González Díaz, quando Ayamonte se tornou senhorio de Alfonso Pérez de Guzmán, nos finais do séc. XIII, “*su población no era más que la que habitaba el castillo y sus inmediaciones, constituía un territorio marginal com una ubicación geopolítica difícil y comprometida*”.

Ver GONZÁLEZ DÍAZ, *Ayamonte*, p.35.

83 BARRANTES MALDONADO, “*Ilustraciones de la Casa de Niebla*”, Tomo I, p.112. Ver também CARRIAZO RUBIO, “*El castillo medieval de Ayamonte*”, p.14.

84 MARTINS, “*A guerra esquivada...*”, p.48. Do mesmo autor veja-se também *De Ourique a Aljubarrota...*, p.225.

85 Note-se que João Gouveia Monteiro é o único autor contemporâneo a fazer alusão à subia do rio Piedras. Ver MONTEIRO, “*As campanhas que fizeram a História...*”, p.246.

*seus bateis os soldados, que nelles couberão, e foi desembarcar no lugar que bem lhe pareceo*⁸⁶.

De acordo com a *Crónica de Portugal de 1419*, D. Nuno Portocarreiro, o alcaide de Lepe, procurou embaraçar o desembarque dos portugueses, “*quando vyo as fustas queriom tomar terra*”⁸⁷. De facto, é neste momento que se dá o primeiro confronto, quando os castelhanos, certamente surpreendidos, procuraram impedir o desembarque dos invasores. No entanto, a resistência dos leperos revelou-se insuficiente para travar o ímpeto dos corsários portugueses que, “*por força entrarão, & roubarão o lugar*”⁸⁸. Se tivermos em consideração que a subida do Piedras foi feita nas oitos fustas de que dispunha a frota portuguesa⁸⁹ e que cada fusta transportava em média três dezenas de soldados e outros tantos remadores⁹⁰, rapidamente concluímos que o desembarque em Lepe terá sido feito por aproximadamente quinhentos portugueses, número difícil de conter por parte dos defensores desprevenidos.

É a partir deste momento da narrativa que as versões dos autores contemporâneos começam a ser algo ambíguas, entrando mesmo no domínio da especulação. Carlos Selvagem e Ignácio da Costa Quintela, por exemplo, referem que os atacantes conquistaram o castelo de Lepe, mas que “*um contra-ataque feliz expulsou do castelo os portugueses*”⁹¹, pelo que foram “*obrigados a recolher-se aos seus navios, levando consigo os despojos*”⁹². Também Miguel Gomes Martins refere que a população de Lepe, ao não conseguir impedir o desembarque dos portugueses, acabou por procurar refúgio no interior das muralhas da vila⁹³. De facto, seria expectável que a vila de Lepe tivesse castelo, já que este representaria não só o poder e a autoridade de D. Juan Alonso de Guzman, como também o controlo e a defesa do território. Porém, as fontes narrativas não referem nem o castelo nem qualquer contra-ataque por parte dos castelhanos. Posto isto, torna-se pertinente clarificar o que era Lepe em 1336 e de que fortificações dispunha.

86 QUINTELA, *Annaes da Marinha Portugueza*, Tomo I, p.23.

87 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

88 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, p.38.

89 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

90 Cf. DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, p.310.

91 SELVAGEM, *Portugal Militar...*, p.120.

92 QUINTELA, *Annaes da Marinha Portugueza*, Tomo I, p.23.

93 MARTINS, “A guerra esquiiva...”, p.225.

Tal como no caso de Ayamonte, também o já referido Pedro Barrantes Maldonado refere Lepe em *Ilustraciones de la Casa de Niebla*. Segundo este historiador quinhentista, as primeiras referências medievais à vila sugerem que esta terá pertencido à Ordem do Templo até 1308 ou 1309, quando foi comprada por Alonso Pérez de Guzmán el Bueno: “*E la villa de Lepe con sus terminos uvo Don Alonso Perez de Guzman el Bueno, quando se destruyó la orden del Tenplo*”⁹⁴. Repare-se, no entanto, que a referência a Lepe de inícios do séc. XIV não faz qualquer alusão ao castelo, sendo que este apenas aparece documentado em 1443, quando é narrada a sua ocupação pelo conde de Niebla⁹⁵. Nenhuma fonte escrita conhecida regista, portanto, a existência de qualquer castelo conquistado pelos portugueses em 1336 e de onde tivessem sido expulsos em resultado de qualquer contra-ataque castelhano, tal como especulam Carlos Selvagem ou Ignácio da Costa Quintela⁹⁶. Embora não seja de desconsiderar a existência de alguma estrutura defensiva destinada à protecção da população⁹⁷, as informações de que dispomos sugerem que a construção do castelo de Lepe teve lugar ao abrigo de uma lógica de fortificação subjacente às estratégias que oponham os poderes senhoriais da província de Huelva durante a alta Idade Média. Foi nesse contexto que o senhor de Gibraleón, D. Pedro de Stúñiga, obteve em 1417 autorização para a construção de um castelo na vizinha Cartaya⁹⁸, o que provocou protestos por parte do senhor de Lepe, D. Alfonso de Guzmán⁹⁹. Face às circunstâncias, não será de desconsiderar que o castelo de Lepe tenha sido construído face à necessidade de afirmação de D. Alfonso de Guzmán perante o senhor de Gibraleón¹⁰⁰, ou mesmo face à necessidade de D. Alfonso de Guzmán em defender-se do seu sobrinho, o con-

94 BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, p.532.

95 CARRIAZO BUBIO, “El castillo de Lepe”, p.56.

96 SELVAGEM, *Portugal Militar...*, p.120; QUINTELA, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo I, p.23.

97 MARTINS, “A guerra esquiva...”, p.225.

98 O castelo medieval de Cartaya foi construído no ponto mais elevado do terreno, com uma função defensiva e de vigilância sobre o rio Piedras, que marcava a fronteira entre os senhorios de Lepe e Gibraleón. Sobre o castelo medieval de Cartaya vejam-se MIRA TOSCANO & VILLEGAS MARTÍN, “El castillo de Cartaya y su Historia”, pp.103-148; CARRIAZO RUBIO & CUENCA LÓPEZ, *Huelva, tierra de castillos*, pp.179-180.

99 CARRIAZO RUBIO, “Fortificaciones y estrategias de poder en los señoríos onubenses durante la Baja Edad Media”, pp.341-360.

100 Sobre as relações entre os Guzmán e os Stúñiga na baixa Idade Média veja-se SÁNCHEZ SAUS, “Los señores de Ayamonte y Lepe: Guzmanes y Stúñigas en el siglo XV (1369-1454)”, pp.161-174.

de de Niebla, quando este lhe reclamou as vilas de Lepe e Ayamonte¹⁰¹. Se seguirmos as referências ao castelo de Lepe identificadas por Juan Luis Carriazo Rubio, voltamos a encontrar uma alusão em *Descripción y cosmografía de España*, obra de Hernando Colón, filho de Cristóvão Colombo, redigida em inícios do séc. XVI:

“Lepe es lugar de dos mil vezinos e está en llano e tyene muy buena fortaleza e es del conde (de) Ayamonte, e está a medya legua pequeña de la mar e tiene un puerto que se llama la Ramada e tiene en derredor del lugar muchos higuerales e viñas”¹⁰².

Note-se que a alusão de Hernando Colón à qualidade da fortaleza de Lepe não sugere tratar-se de um castelo envelhecido, o que vem reforçar a ideia de este ter sido construído durante a primeira metade do séc. XV que assistiu aos conflitos senhoriais atrás mencionados¹⁰³. De resto, a referência a Lepe em *Descripción y cosmografía de España* reveste-se de outros elementos de interesse, como a localização, a alusão ao porto, à realidade demográfica, política e até aos recursos agrícolas. Com efeito, foram os figueirais e as vinhas referidos por Hernando Colón que os portugueses destruíram aquando do assalto de 1336, tal como referem as crónicas portuguesas. Note-se, aliás, que segundo o autor da *Crónica de Portugal de 1419*, os portugueses que ganharam a vila recolheram-se “com todos os seus”, saindo depois “os das naoos e galees e puserom fogo aos olyvais (...) e fizerom grande estraguo em aquella lugar”¹⁰⁴. Quer isto dizer que os homens que ficaram a guardar as embarcações ancoradas nas imediações da foz foram depois rendidos pelos que subiram o rio em fustas. Por outras palavras, os homens utilizados no combate contra os castelhanos não foram os mesmos que pilharam, incendiaram e destruíram os campos de Lepe, situação que sugere uma gestão criteriosa de recursos humanos por parte do comando da expedição.

101 BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla” Tomo II, p.97.

102 COLÓN, *Descripción y cosmografía de España*. Transcrito de CARRIAZO RUBIO, “El castillo de Lepe”, p.55.

103 Segundo Juan Luis Carriazo Rubio e José María Cuenca López, o castelo de Lepe “pudo construirse probablemente, entre los siglos XIV y XV”. Ver CARRIAZO RUBIO & CUENCA LÓPEZ, *Huelva, tierra de castillos*, p.197.

104 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

3.4. O assalto a Gibraleón

Ao lermos os parágrafos que Ignácio da Costa Quintela dedicou à expedição de D. Gonçalo Camelo contra as costas de Huelva, ficamos com a impressão de que os corsários portugueses permaneceram todo o tempo nas proximidades Lepe, já que este vice-almirante da Armada Real e sócio honorário da Academia Real das Ciencias não fez qualquer referência ao assalto que se seguiu¹⁰⁵. No entanto, a leitura das fontes narrativas e o reconhecimento geográfico do espaço permite-nos perceber que, assaltada Lepe, os portugueses desceram o rio Piedras e, retomando a viagem nas naus e nas galés, continuaram a navegar para leste, ao longo da costa, até alcançarem a actual Punta Umbría¹⁰⁶. A frota, ao chegar à foz do rio Odiel, rumou para norte, navegando ao largo da Isla de Saltés, em direcção a Gibraleón. Ao contrário do que aconteceu no Piedras, onde as naus e as galés ficaram fundeadas na foz do rio, a subida do Odiel parece ter-se feito com toda a frota, já que a *Crónica de Portugal de 1419* faz referência ao porto da localidade, onde fundearam “*hy as naaos e as galees*”¹⁰⁷. Segundo esta fonte narrativa, Gibraleón ficava a quatro léguas de distância de Lepe. Na realidade, Gibraleón está localizada vinte e oito quilómetros a noroeste de Lepe, aproximadamente, sendo que foi escolhida como alvo a assaltar “*apesar dos que ahi erom por o defender*”.

A alusão do cronista aos que defendiam esta localidade reveste-se de particular interesse, uma vez que, ao contrário de Lepe, Gibraleón dispunha de castelo pelo menos desde o período almóada¹⁰⁸. As primeiras referências às suas muralhas e torres remontam a 1267, sendo o senhorio doado a Alfonso de la Cerda já em inícios do séc. XIV, altura em que começam a surgir referências ao alcácer. Em 1336, aquando da expedição naval lançada contra as costas de Huelva, já Alfonso de la Cerda tinha falecido, sendo senhor de Gibraleón o seu filho Juan Alonso de la

105 QUINTELA, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo I, pp.22-23.

106 Sobre a costa compreendida entre os rios Piedras e Odiel veja-se MIRA TOSCANO & VILLEGAS MARTÍN, “Vigilancia y defensa del litoral entre el Piedras y el Odiel”, pp.95-131.

107 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

108 BEDIA GARCÍA & CARRASCO MARTÍN, “Informe arqueológico: excavaciones de urgencia en el castillo de Gibraleón”, pp.182-187. Dos mesmos autores veja-se também “Avance de los trabajos realizados en el Castillo de Gibraleón (Huelva)”, pp.103-112. Ver OSUNA VARGAS; RUIZ GIL; TORRES CARBONELL; SORROCHE CUERVA, “La actuación arqueológica preventiva en el castillo de Gibraleón (Huelva). Estudios previos de apoyo a la restauración”, pp.287-298; PÉREZ MACÍAS, “Cerámicas islámicas del castillo de Gibraleón (Huelva)”, pp.207-241.

Cerda¹⁰⁹, fidalgo que “antes desto era vassalo del rrey de Portugal”¹¹⁰. De facto, as crónicas portuguesas não fazem qualquer referência ao castelo de Gibrleón, limitando-se a referir que, apesar dos que lá estavam para defender a localidade, “puserom as galees pramchas fora e queymarom o aravalde pequeno”¹¹¹. Note-se que num documento datado de 1315 já se fazia a distinção entre a vila e o arrabalde de Gibrleón, que se tinha desenvolvido extramuros e onde Alfonso de la Cerda tinha mandado construir o Convento de Nuestra Señora del Carmen, em 1331¹¹². É, portanto, de supor que D. Gonçalo Camelo, talvez consciente das defesas da vila, tenha evitado aproximar-se do castelo que Hernando Colón viria mais tarde a designar de “buena fortaleza”¹¹³, optando por ordenar o saque e a destruição do arrabalde mais próximo do porto onde estava fundeada a frota portuguesa.

Segundo Miguel Gomes Martins, Gibrleón era por então uma localidade de dimensões e de importância reduzida e onde pouco haveria para pilhar e destruir, motivo pelo qual a frota terá regressado a Lepe, que seria uma povoação muito mais importante¹¹⁴. Porém, os estudos sobre os senhorios da província de Huelva durante a baixa Idade Média contradizem a afirmação de Miguel Gomes Martins. De facto, ainda que o senhor de Lepe em 1336 fosse D. Juan Alonso de Guzman, um dos grandes senhores da Andaluzia ocidental e familiar de Leonor de Guzman (a amante de Alfonso XI)¹¹⁵, o certo é que a Gibrleón de então vivenciava um notável momento histórico, muito em função dos amplos privilégios que a monarquia castelhana tinha atribuído à vila no período pós con-

109 BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, pp.325, 345, 350 e 354.

110 *Gran Cronica de Alfonso XI*, Vol. II, Capítulo CCIII, p.178. Segundo a *Cronica de D. Alfonso el Onceno*, “Et en este tiempo veno Don Joan fijo de Don Alfonso, et Señor de Gibrleón, á la merced del Rey, et ser su vasallo; ca ante desto era vasallo del Rey de Portugal, et vivia con él”. Ver *Cronica de D. Alfonso el Onceno*, Capítulo CLXXX, p.337; BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, p.325.

111 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

112 PÉREZ MACÍAS, “Cerámicas islámicas del castillo de Gibrleón (Huelva)”, p.212.

113 COLÓN, *Descripción y cosmografía de España*. Transcrito de CARRIAZO RUBIO, “El castillo de Lepe”, p.55.

114 MARTINS, “A guerra esquiva...”, p.49.

115 “Doña Leonor de Guzman, hija de Don Pero Nuñez de Guzman, hermano de Don Alonso Perez de Guzman el Bueno; de manera que esta señora era prima hermana de Don Juan Alonso de Guzman”. Ver BARRANTES MALDONADO, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, Tomo I, p.290. Veja-se também LADERO QUESADA, “Los Guzmán, señores de Sanlúcar, en el siglo XIV”, pp.229-230.

quista cristã e que favoreceu o desenvolvimento do comércio, o aumento da população e uma rápida expansão do tecido urbano¹¹⁶, como testemunham construções nobres como o castelo senhorial ou o Convento de Nuestra Señora del Carmen, edificado nos arrabaldes da vila, em 1331.

Dada a crescente importância de Gibraleón no contexto dos senhorios da província de Huelva na primeira metade do séc. XIV, não podemos considerar que os corsários portugueses terão abandonado este senhorio e regressado a Lepe por falta do que roubar ou destruir. Pelo contrário, a questão deve ser compreendida ao abrigo de uma análise geo-estratégica, principalmente, se atendermos à manifesta situação de vulnerabilidade em que se encontrava a frota portuguesa, que facilmente se poderia ver cercada pelo rio e por terra. Para tal, apenas bastaria uma acção articulada entre o alcaide de Gibraleón e uma frota oriunda de Sevilha. Note-se, aliás, que a vizinha vila de Huelva pertencia a Sevilha desde 1317, ano em que o alcaide de Huelva entregou a fortaleza, até 1338, ano em que Alfonso XI cedeu a vila ao seu camareiro-mor e mestre de Santiago, Alfonso Méndez de Guzmán, irmão da sua amante¹¹⁷. Como adiante veremos, foi exactamente de Sevilha que partiu a frota castelhana para vingar os assaltos dos corsários portugueses.

Por outro lado, a vulnerabilidade em que se encontrava a frota portuguesa fundeada nas proximidades de Gibraleón era ainda agravada pelos riscos resultantes da navegação no Odiel, cujo sistema lagunar representava uma protecção natural contra visitantes indesejados. Dadas as circunstâncias, parece perfeitamente natural que D. Gonçalo Camelo tenha optado por um assalto rápido a Gibraleón, seguido de uma retirada estratégica, de modo a evitar um eventual bloqueio por parte de uma frota adversária. Foi nesse contexto que a frota portuguesa desceu o rio Odiel e rumou para ocidente, em direcção a Lepe. Não se comprova, portanto, que a expedição comandada por D. Gonçalo Camelo se tenha estendido “*para lá das margens do Guadalquivir*”¹¹⁸, como refere Gonçalo Couceiro Feio.

116 PARDO RODRÍGUEZ, *Huelva y Gibraleón (1282-1495): documentos para su historia*, 1980; TORRES TORONJO, *Los Pergaminos de Gibraleón (1265-1508): Historia y Documentos*, 1997.

117 LADERO QUESADA, “Los señores de Gibraleón”, p.39; APRECIADO BATANERO, “La villa de Huelva en la baja Edad Media”, p.179.

118 FEIO, “O Desenvolvimento...”, p.50.

3.5. O regresso a Lepe e o último combate da expedição

Se seguirmos as crónicas que registam esta expedição naval, apercebemo-nos de que todas coincidem quanto ao segundo desembarque em Lepe ter ocorrido em 8 de Setembro de 1336. Com efeito, engana-se Carlos Selvagem ao afirmar que “a 8 de Setembro, saltando os portugueses em terra (vila de Gilvaleore), veio sôbre eles com muita gente um Portocarrero, alcaide de Lepe¹¹⁹. Se considerarmos que a *Crónica de Portugal de 1419* não é suficientemente clara no que respeita a este segundo desembarque em Lepe, a alusão de Rui de Pina é inequívoca: “tornandosse outra vez a Lepè, & jazendo ahy oito dias de Setembro em dia de Nossa Senhora sairão alguns Portugezes em terra”¹²⁰. Aparentemente, D. Gonçalo Camelo tinha ordenado o desembarque de um destacamento para incendiar umas vinhas. Não sabemos se o objectivo do comandante da frota passava por simplesmente destruir os campos, de modo a fragilizar o adversário, ou se pretendia provocar os habitantes da vila, de modo a atraí-los para combate em campo aberto. No caso de ter sido uma provocação, o objectivo parece ter sido cumprido, já que uma força comandada por D. Nuno Portocarreiro saiu ao encontro dos corsários, resultando o encontro num sangrento combate. De facto, diz-nos a *Crónica de Portugal de 1419* que “comesaromse logo de feryr e de tal guisa se emborilharom todos que quem quer que os pelejar vyse bem deria que se queryom mall de vontade”¹²¹. Do mesmo modo, também as palavras de Rui de Pina registam que travaram “antre si tal peleja, & tão crua que claramente parecia em todos o ódio, & desamor com que huns aos outros se ferião”¹²².

Note-se que o resultado deste combate não é consensual entre os autores contemporâneos. Enquanto Carlos Selvagem atribui a vitória aos castelhanos¹²³, Miguel Gomes Martins refere que o combate teve um resultado inconclusivo¹²⁴. Analisemos, pois, a situação por partes. Antes de mais, há a considerar que os cronistas referem a morte de oitenta castelhanos e de apenas vinte e oito portugueses, para além de muitos

119 SELVAGEM, *Portugal Militar...*, p.119.

120 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, p.38. Por outro lado, seria altamente inverosímil que D. Nuno Portocarreiro deixasse Lepe desprotegida para ir atacar os portugueses em Gibraleón.

121 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

122 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, p.38.

123 SELVAGEM, *Portugal Militar...*, p.120.

124 MARTINS, “A guerra esquivada...”, p.49.

feridos em ambas as partes. Ainda que o número de mortos castelhanos possa estar sobredimensionado, é de supor que tenha sido realmente superior ao dos portugueses, já que os corsários, habituados à guerra e melhor armados¹²⁵, estariam teoricamente melhor preparados do que os homens comandados por D. Nuno Portocarreiro, “*gemtes que aver pôde na vila*”¹²⁶. Refira-se, por outro lado, que do combate resultou a captura de dois “*fidalgos de grande conta*”¹²⁷ e de D. Nuno Portocarreiro, que acabou por morrer das feridas ao fim de três dias, tendo os adversários capturado D. Gonçalo Camelo. Foi então que, tal como referido pela *Crónica de Portugal de 1419*, os castelhanos propuseram a troca do comandante português pelo corpo de Portocarreiro e por Gil Goterres de Carmona e Martim da Guilar Cavaleyros. Se tivermos em consideração a desproporção das baixas¹²⁸, a morte do alcaide de Lepe e a captura de dois grandes fidalgos castelhanos, rapidamente concluímos que o combate terá sido favorável aos portugueses que, aparentemente, até se deram ao luxo de recolher aos seus navios sem serem perseguidos nem serem atacados pelos adversários durante os três dias que se seguiram ao combate. Note-se, para além disso, que a troca de D. Gonçalo Camelo pelo corpo de D. Nuno Portocarreiro e por Gil Goterres de Carmona e Martim da Guilar Cavaleyros, “*cavaleiros de grande comta*”¹²⁹, apresenta-se francamente suspeita, pelo que não é de desconsiderar que os portugueses tenham exigido o tradicional resgate de modo a contrabalançar tão desequilibrada troca. Face às informações facultadas pelas crónicas e pelo que se pode interpretar nas entrelinhas, parece-nos que o resultado deste combate esteve longe de ser um “*fracasso*”¹³⁰, já que os corsários portugueses, depois de resgatarem D. Gonçalo Camelo, rumaram a Lisboa com o saque obtido nos assaltos a Lepe e Gibraleón.

D. Alfonso XI, ao tomar conhecimento destes assaltos às costas de Huelva e da morte de D. Nuno Portocarreiro, não tardou a conceber célere vingança. Rapidamente armou em Sevilha uma esquadra de qua-

125 PESSANHA, “1336: o assalto dos corsários portugueses...”, p.11.

126 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

127 LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.132.

128 Curiosamente, Ignácio da Costa Quintela, que classifica a expedição de D. Gonçalo Camelo de “*miseravel*”, silencia as baixas infligidas aos castelhanos, apenas referindo que os portugueses se retiraram com perda. QUINTELA, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo I, p.23.

129 *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

130 Cf. MONTEIRO, “As campanhas que fizeram a História...”, p.246.

renta galés e cinco mil e setecentos homens de combate, para que “se vyesem loguo à costa del rey de Portugal e fizesem entrada em terra de seus inimguos como os portugueses fazião a eles”¹³¹. No entanto, uma forte tempestade caiu sobre a esquadra castelhana quando esta perseguia os inimigos, pelo que não só se viu impedida de prosseguir viagem, como “quazi todas se perderão no mar, & na costa com que el Rey de Castella foy muy enojado”¹³². Seja como for, os corsários portugueses também não saíram ilesos desta tempestade, já que “parte desta tormenta tambem tocou a frota de Portugal, que era em mar de que recebeo assas perda”. Foi, portanto, com o que restava dos despojos de Lepe e de Gibraleón que as galés portuguesas que resistiram à tempestade deram entrada em Lisboa¹³³. Terminava assim a expedição do corsário D. Gonçalo Camelo contra as costas da província de Huelva.

Considerações finais

Não podemos dar por concluído o presente trabalho sem antes tecermos algumas considerações finais sobre esta expedição naval. Antes de mais, convém esclarecer que as referências que alguns autores contemporâneos têm vindo a tecer a este episódio da guerra luso-castelhana de 1336-1339 têm sido tendencialmente confusas, ambíguas e por vezes contraditórias. O facto de autores como Ignácio da Costa Quintena ou Carlos Selvagem se terem baseado em fontes bastantes tardias, como *Chronica dos Reys de Portugal...* ou *Monarchia Lvsitana*, levou-os a arriscarem reconstituições da expedição de D. Gonçalo Camelo não sustentadas pela fonte narrativa mais próxima dos acontecimentos em questão, ou seja, a *Crónica de Portugal de 1419*. As incongruências dos autores dos séculos XIX e XX em relação à campanha às costas de Huelva são, no entanto, compensadas pela abordagem mais consistente dos autores do séc. XXI que, ainda assim, apresentam algumas fragilidades, visto esta expedição naval nunca ter constituído objecto de estudo e, portanto, nunca ter sido realmente desenvolvida e alvo de reflexão e apreciação crítica.

No que respeita à campanha naval temos a assinalar que, face à informação facultada pelas fontes narrativas e pela bibliografia associada,

131 *Crónica de Portugal de 1419*, p.254. Vejam-se também PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, p.38; LEÃO, “Chronica del-Rey D. Afonso o IV...”, p.132.

132 PINA, *Chronica de D. Afonso IV*, Capítulo XXXVIII, p.38.

133 PESSANHA, “1336: o assalto dos corsários portugueses...”, p.11.

o resultado desta expedição esteve longe de ser o “*fiasco*” referido por Saturnino Monteiro, ainda que tampouco possa ser considerada muito proveitosa. Note-se, antes de mais, que o comando não foi entregue ao almirante Manuel Pessanha – que se encontrava em Lisboa a preparar outra frota – mas sim a D. Gonçalo Camelo. Este indicador, associado ao facto de a frota contar com menos poder ofensivo do que inicialmente se pensava, vem sugerir que esta campanha não teria outro objectivo senão o saque e a destruição de localidades pouco protegidas, para além de uma eventual prospecção com vista à realização de futuras acções. Com efeito, se o propósito desta expedição era realmente “*corerem a costa e fazerem dapno aos castelhanos*”¹³⁴, podemos considerar que a frota cumpriu a missão dentro do que lhe foi possível, já que não só fez o reconhecimento da costa e dos rios da província de Huelva, como também assaltou Lepe, Gibraleón e provocou baixas entre os adversários.

Por fim, o facto de esta expedição naval ter sido dirigida contra as costas de Huelva depois das cavalgadas terrestres contra Aroche, Cortegana e Aracena, no norte da actual província de Huelva, sugere tratar-se de uma acção articulada, com vista a fazer pressão sobre um território cujos limites geográficos chegavam até ao Odiel. A leitura geográfica das incursões contra Aroche, Cortegana, Aracena, Lepe e Gibraleón sugere, portanto, que o eventual interesse de D. Afonso IV na dilatação das fronteiras portuguesas teria como limite oriental este rio, que nasce na serra de Aracena e que facilmente poderia constituir uma fronteira natural entre os reinos de Portugal e de Castela. Por outro lado, esta pressão e eventual pretensão sobre o sudoeste castelhano serviria, em simultâneo, o objectivo de obrigar Alfonso XI a socorrer as zonas assaltadas, tendo para isso de abandonar o cerco a Juan Nunes de Lara, que assim poderia juntar forças a D. Juan Manuel.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

BARRANTES MALDONADO, Pedro, “Ilustraciones de la Casa de Niebla”, 2 Tomos in *Memorial Historico Español: colección de documentos, opúsculos y antigüidades, que publica la Real Academia de la Historia*, Tomos IX-X, La Imprenta Nacional, Madrid, 1857.

¹³⁴ *Crónica de Portugal de 1419*, p.253.

BOCARRO, António, “Década XIII da História da Índia”, in *Collecção de Monumentos ineditos para a história das conquistas dos portugueses em Africa, Asia e America*, Tomo VI, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, MDCCCLXXVI.

BRANDÃO, António, *Monarchia Lvsitana*, IV Parte, Lisboa, 1632.

CERDÁ Y RICO, Francisco, *Cronica de D. Alfonso el onceno...*, Parte I, en la imprenta de D. Antonio de Sancha, Madrid, MDCCLXXXVII.

Cronica de D. Alfonso el Onceno, Parte I, en la imprenta de D. Antonio de Sancha, Madrid, MDCCLXXXVII.

Crónica de Portugal de 1419, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998.

Fuentes Cronísticas de Historia de España: Gran Cronica de Alfonso XI, Vol. II, Diego Catalán (ed.), Gredos, Madrid, 1977.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Chronica dos Reys de Portvgal*, Na Officina de Francisco Villela, Lisboa, MDCLXXVII.

PINA, Rui de, *Chronica d’el-Rey D. Diniz*, Tomo I, Sciptorio, Lisboa, 1912; — *Chronica de D. Afonso IV*, Tirada a luz por industria de Paulo Craesbeck, Lisboa, 1653.

Bibliografia

ALMEIDA D’EÇA, Vicente, *Lições de História Marítima Geral*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.

APRECIADO BATANERO, María Auxiliadora García, “La villa de Huelva en la baja Edad Media”, in *Huelva en su Historia*, Nº 2, Diputación Provincial de Huelva, Huelva, (1988), pp.175-230.

BARATA, Filipe Themudo, “Manuel Pessanha e um outro olhar sobre o mar. A construção de novas linhas da política externa de Portugal”, in *700 anos Almirante Pessanha*, Academia de Marinha, Lisboa, (2017), pp.19-28.

BARBOSA, Albertina da Conceição Machado da Silva, “Biografias”, in *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414*, Humberto Baquero Moreno (coord.), Academia de Marinha, Lisboa, 1998, pp.250-274.

BARROS, Amândio, “A preparação das armadas no Portugal de finais da Idade Média”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Nº 7, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (1990), pp.101-132.

- BEDIA GARCÍA, J. & CARRASCO MARTÍN, M. J., “Informe arqueológico: excavaciones de urgencia en el castillo de Gibraleón”, in *Anuario Arqueológico de Andalucía 1986*, tomo III: Actividades de urgencia, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, Sevilla, (1987^a), pp.182-187;
- “Avance de los trabajos realizados en el Castillo de Gibraleón (Huelva)”, in *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, II, Madrid, (1987b), pp.103-112.
- CARDOSO, Isabel Vaz de Freitas Botelho, “Organização”, in *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414*, Humberto Baquero Moreno (coord.), Academia de Marinha, Lisboa, 1998, pp.119-196.
- CARRIAZO RUBIO, Juan Luis & CUENCA LÓPEZ, José María, *Huelva, tierra de castillos*, Diputación Provincial de Huelva, Huelva, 2005.
- CARRIAZO RUBIO, Juan Luis, “El castillo medieval de Ayamonte”, in *IX Jornadas de Historia de Ayamonte*, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, (2005), pp.11-28;
- “Fortificaciones y estrategias de poder en los señoríos onubenses durante la Baja Edad Media”, in *Anales de Arqueología Cordobesa*, N° 19, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba, Córdoba, (2008), pp.341-360;
- “El castillo de Lepe”, in *El lugar heredado*, María Asunción Díaz Zamorano & Juana Otero Prieto (coord.), Universidad de Huelva, Huelva, 2009, pp.55-70.
- COELHO, António Borges, *Portugal Medieval – História de Portugal II*, Caminho, Alfragide, 2010.
- COSTA, Bárbara Patrícia Leite, *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)*, Dissertação de Mestrado em Estudos em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2014.
- DIAZ MARTÍN, Luis Vicente, “Las fluctuaciones en las relaciones castelano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*, Vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (1998), pp.1244-1245.

- DUARTE, Luís Miguel, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol.1, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, pp.290-346.
- ESTRUGO, Lorenzo Lage, “Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y Egidio Bocanegra: una perspectiva comparada”, in *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval/Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe*, Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, 2019, pp.537-552.
- FEIO, Gonçalo Couceiro, “O Desenvolvimento da Actividade Naval (1280-1383)”, in *Viagens e Operações Navais 1139-1499*, José António Rodrigues Pereira (coord.), Academia de Marinha, Lisboa, 2020, pp.43-63.
- FERNANDES, Fátima Regina, “Los genoveses en la armada portuguesa: Los Pessanha”, in *Edad Media: revista de historia*, N.4, Ediciones Universidad de Valladolid, Valladolid, (2001), pp.199-226.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel, “Breves notas sobre el Concejo de Niebla en tiempos de Alfonso XI; 1312-1350”, in *Huelva en su Historia*, N° 1, Diputación Provincial de Huelva, Huelva, (1986), pp.171-181.
- GONÇALVES, Marta Pereira, “Ammiragliato - Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481)”, in *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (2017), pp.96-123.
- GONÇALVES, Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda, “A política externa de D. Afonso IV (1325-1357)”, in *Arquipélago História*, Vol. 11, Universidade dos Açores, (1989), pp.107-151.
- GONZÁLEZ DÍAZ, Antonio Manuel, *Ayamonte*, Diputación de Huelva, Huelva, 2014.
- “Historia Maritima”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, Duodécima Serie, N° 90, David Corazzi Editor, Lisboa, 1884.
- IRIA, Alberto, “O Algarve e os Descobrimentos”, in *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, João Martins da Silva Marques (ed.), Vol. II, Tomo I, I.N.I.C., Lisboa, 1988, pp.159-166.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel, “Los señores de Gibraleón”, in *Andalucía, de la Edad Media a la Moderna - Cuadernos de Historia*, N° 7, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, (1977), pp.33-84.
- “Los Guzmán, señores de Sanlucar, en el siglo XIV”, in *Historia. Instituciones. Documentos*, N° 36, Universidad de Sevilla - Departamento

de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas, Sevilla, (2009), pp.229-249.

LUÍS, Alexandre da Costa, “A Marinha de Guerra e a consolidação da independência portuguesa: D. Dinis e a contratação de Manuel Pessanha”, in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infame*, Academia de Marinha, Lisboa, 2015, pp.179-196.

MAIA, José dos Santos & SOARES, Luís Couto (coord.), *700 anos Almirante Pessanha*, Academia de Marinha, Lisboa, 2017.

MAIA, José dos Santos (coord.), *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448)*

A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis, Academia de Marinha, Lisboa, 2019.

MATTOSO, José, *História de Portugal – A monarquia feudal*, Vol. II, Estampa, Lisboa, 1993.

MARTINS, Miguel Gomes, *Lisboa e a Guerra (1367--1411)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001;

— “A guerra esquivada. O conflito luso-castelhano de 1336-1338, in *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*”, Nº 3, Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve/Universidade do Algarve, Faro, (2005), pp.19-80.

— *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2011.

MARTINS, Rocha, *Correspondência do 2º Visconde de Santarém*, Volumes VI – VII, Alfredo Lamas, Motta & C^a L^{da} Editores, Lisboa, 1919.

MIRA TOSCANO, Antonio & VILLEGAS MARTÍN, Juan, “Vigilancia y defensa del litoral entre el Piedras y el Odiel”, in *Huelva en su Historia*, 2ª época, Nº 10, Universidad de Huelva, Huelva, (2003), pp.95-131.

— “El castillo de Cartaya y su Historia”, in *Fortificaciones, Guerra y Frontera en el Marquesado de Gibraleón*, Juan Luís Carriazo Rubio (ed.), Diputación de Huelva, Huelva, 2012, pp.103-148.

MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

— “As campanhas que fizeram a História – A Guerra luso-castelhana de 1336-1339”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Manuel The-

- mudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, pp.245-287.
- MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa – 1139-1521*, Vol. I, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1989.
- MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Dissertação de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.
- “A primeira redacção da Crónica geral de Espanha de 1344, fonte da Crónica de 1419?”, in *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, 2009, pp.99-112;
 - “Tradición y Reescritura: de la Crónica de Alfonso XI a la Crónica de Afonso IV”, in *El Texto Infinito. Tradición y reescritura en la Edad Media y el Renacimiento*. Actas del IV Congreso Internacional de la SEMYR – Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas, Cesc Esteve, Salamanca, 2014, pp.285-297;
 - “A Crónica Geral de Espanha de 1344 e a literatura historiográfica sobre Afonso XI”, in *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*, Nº 25, (2016), pp.1-2, (on line), (consultado em 22.02.2021), <https://e-spania.revues.org/25888>.
- MOREIRA, Filipe Alves & ASKINS, Arthur L.-F., “A «Crónica de 1344» para além de Pedro de Barcelos: perspectivas recentes e novidades”, in *eHumanista. Journal of Iberian Studies. (Monograph, Homenagem a Aida Fernanda Dias oferecida pelos seus colegas de Philobiblon)*, Nº 31, (2015), pp.64-79, (on line), (consultado 22.02.2021), <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/31>.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, Universidade do Algarve, Faro, 2009.
- “Duas Memórias em confronto: A Ordem de Cristo e o concelho de Tomar”, in *I Colóquio Internacional. Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: Os Anos da Transição*. Actas, José Albuquerque Carreiras & Giulia Rossi Vairo (orgs.), Tomar, 2012, pp.249-270.
 - “Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares”, in *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: El occidente peninsular en la primera mitad del Siglo XIV*, Carlos de Ayala Martínez, J. Santia-

- go Palacios Ontalva, Martín Rios Saloma (eds.), Sílex, Madrid, 2016, pp.275-296.
- “As Ordens Militares e o mar: problemas e perspectivas”, in *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, Academia de Marinha, Lisboa, 2019, pp.127-146;
- “Do sítio e do mar: Um olhar sobre Tavira na Idade Média”, in *A Principal do Reino do Algarve. Tavira nos séculos XV e XVI*, Museu Municipal, Tavira, 2020, pp.13-26.
- OSUNA VARGAS, M. M.; RUIZ GIL, J. A.; TORRES CARBONELL, J.; SORROCHE CUERVA, M. A., “La actuación arqueológica preventiva en el castillo de Gibrleón (Huelva). Estudios previos de apoyo a la restauración”, in *Arqueología en la Provincia de Huelva. Homenaje a Javier Rastrojo Lunar*, J. de Haro Ordóñez, J. M. García Rincón, F. Gómez Toscano y J. A. Linares Catela (coord.), Universidad de Huelva, Huelva, 2013, pp.287-298.
- PARDO RODRÍGUEZ, Maria Luísa, *Huelva y Gibrleón (1282-1495): documentos para su historia*, Diputación Provincial de Huelva, Huelva, 1980.
- PESSANHA, Fernando, “A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna”, in *Academia de Marinha. Memórias 2019*, Academia de Marinha, Lisboa, 2020, pp.445-472.
- “1336: o assalto dos corsários portugueses às costas de Huelva”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Ano LXV, Nº 3340, 1 de Abril de 2021, p.11.
- PEREIRA, José António Rodrigues, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2013.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio, “Cerámicas islámicas del castillo de Gibrleón (Huelva)”, in *Onoba - Revista de Arqueología y Antigüedad*, Nº 02, (2014), pp.207-241.
- PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997.
- *D. Dinis*, Temas e Debates, Lisboa, 2012.
- QUINTELA, Ignácio da Costa, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo I, Na Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1839.

- RODRÍGUEZ HERMOSELL, José Ignacio, “Noticias bajomedievales de Villanueva de Barcarrota”, in *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXX, Número III, (2014), pp.1497-1524.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael, “Los señores de Ayamonte y Lepe: Guzmanes y Stúñigas en el siglo XV (1369-1454)”, in *Huelva en su Historia*, Nº 2, Diputación Provincial de Huelva, Huelva, (1988), pp.161-174.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1080-1415)*, Vol. I, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.
- SILVA, Manuel Fialho & FONSECA, Nuno, “As Terceiras Régias de Lisboa: D. Dinis a D. Fernando”, in *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448.) A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, Academia de Marinha, Lisboa, 2019, pp.257-274.
- SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da, “Marinha de Guerra”, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 4, Livraria Figueirinhas, Porto, 1989.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *D. Afonso IV*, Temas e Debates, Lisboa, 2009.
- TORRES TORONJO, Manuel, *Los Pergaminos de Gibraltor (1265-1508): Historia y Documentos*, Diputación Provincial de Huelva / Ayuntamiento de Gibraltor, Huelva, 1997.
- VAIRO, Giulia Rossi, “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”, in *Medievalista*, Nº13, (Janeiro - Junho de 2013), (online), (consultado em 22.02.2021), <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>;
- “A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo”, in *Entre Deus e o Rei. O mundo das Ordens Militares. Atas do VII Encontro internacional sobre Ordens Militares*, GESOS, Palmela, 2018, pp.441-454;
- “O rei D. Dinis, Manuel Pessanha e o Regimento do Almirante”, in *O Mar como futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448.) A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, Academia de Marinha, Lisboa, 2019, pp.53-63.
- VIANA, Mário, “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”, in *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, pp.313-344.

Fecha de recepción: 7 de abril de 2021.

Fecha de aceptación: 25 de abril de 2021.